

Procedimentos de COMERCIALIZAÇÃO

Módulo 1 – Agentes

Submódulo 1.1 – Adesão à CCEE

ÍNDICE

1. **INTRODUÇÃO**
2. **OBJETIVO**
3. **PREMISSAS**
4. **LISTA DE DOCUMENTOS**
5. **FLUXO DE ATIVIDADES**
6. **DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES**
7. **ANEXOS**

Revisão	Motivo da Revisão	Instrumento de aprovação pela ANEEL	Data de Vigência
1.0	Primeira versão aprovada (CP05/2012)	Despacho nº 3.215/2012	16.10.2012
2.0	Adequação à REN nº 619/2014 e à REN 622/2014 e demais ajustes	Despacho nº 4.881/2014	22.12.2014
3.0	Adequação ao Sistema Integrado de Gestão de Ativos (SigaCCEE)	Despacho nº 1.741/2015	01.06.2015

1. INTRODUÇÃO

Os candidatos a agentes considerados neste submódulo são os concessionários, permissionários, autorizados e registrados, detentores ou não de instalações de energia elétrica, e consumidores livres e especiais, que cumpram os requisitos legais e regulatórios vigentes, e que queiram realizar operações de compra e venda de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional – SIN, bem como operações de importação/exportação de energia.

2. OBJETIVO

O objetivo deste submódulo é estabelecer os requisitos necessários à adesão de candidato a agente da CCEE, suas responsabilidades, as etapas e os prazos relativos ao processo de adesão à CCEE.

3. PREMISSAS

3.1 Para início do processo de adesão, o candidato a agente deve enviar¹ o Termo de Adesão e o Termo de Adesão à Convenção Arbitral, anexos a este PdC, devidamente preenchidos e impressos, acompanhados de carta/ofício de encaminhamento à CCEE.

3.1.1 O modelo da carta/ofício encontra-se disponível no site da CCEE.

3.1.2 Os documentos devem ser enviados, preferencialmente, com Aviso de Recebimento (AR).

3.1.3 No caso de usina geradora vencedora de leilão, o candidato a agente deve também enviar o Formulário de Indicação do Empreendimento Leilado e do Vencedor de Leilão, anexo a este submódulo.

3.2 Os prazos estabelecidos neste procedimento têm como referência inicial a data de recebimento (N) do Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral pela CCEE, que deve manter um protocolo de recebimento dos documentos.

3.2.1 A contagem dos prazos estabelecidos neste Procedimento de Comercialização é realizada observando-se apenas os dias úteis referenciados à Cidade de São Paulo.

3.3 Em até 2 (dois) dias úteis da data de recebimento do Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral, a CCEE encaminhará ao candidato a agente um *login* e um código para acesso à área de Conteúdo Exclusivo, no *site* da CCEE.

3.3.1 O *login* e código de acesso serão enviados pela CCEE por mensagem eletrônica aos representantes CCEE informados no Termo de Adesão.

¹ Endereço disponível no site da CCEE.

- 3.3.2 Na área de Conteúdo Exclusivo, encontra-se o Sistema de Gestão de Processos, por meio do qual o candidato a agente encaminha os demais documentos necessários ao processo de adesão e realiza o acompanhamento do seu processo. Nesta ferramenta, fica registrada a data de recebimento, pela CCEE, do Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral.
- 3.4 Os demais documentos necessários ao processo de adesão encontram-se indicados na lista de documentos, item 4 deste procedimento, com o estabelecimento dos requisitos necessários a cada um.
- 3.4.1 Quanto ao comprovante ou à declaração de adimplemento do candidato a agente com a distribuidora ou/e com o ONS, especialmente para consumidores livres ou especiais, a atualização do documento deverá corresponder, no máximo, aos 2 meses antecedentes ao mês pretendido para início de operacionalização, conforme indicado no Termo de Adesão.
- 3.5 Caso o processo de adesão não seja concluído dentro de 6 (seis) meses a contar da data de seu início, o mesmo será cancelado no Sistema de Gestão de Processos. Caso o candidato a agente mantenha interesse em aderir à Câmara, um novo processo de adesão deverá ser iniciado, nos termos das premissas anteriores deste submódulo.
- 3.6 Além dos requisitos documentais estabelecidos neste procedimento, também devem estar cumpridos os requisitos do submódulo 1.2 – Cadastro de Agentes relacionados aos dados cadastrais.
- 3.6.1 Não se aplica o cumprimento das seções Cadastros no SCDE e Cadastro no SCL, ambas do submódulo 1.2 – Cadastro de agentes, para candidatos a agentes vendedores vencedores de leilão, sem prejuízo das disposições do submódulo 3.2 – Contratos do Ambiente Regulado. Todavia, tais seções devem ser observadas antes do início de suprimento do empreendimento.
- 3.7 Com exceção dos documentos exigidos na forma física, a apresentação da documentação deve ser feita, exclusivamente, por meio de arquivos digitalizados, a serem inseridos no Sistema de Gestão de Processos.
- 3.8 O candidato a agente deve acompanhar, por meio do Sistema de Gestão de Processos, o andamento de sua solicitação de adesão e a necessidade de eventual adequação da documentação apresentada e/ou cadastro.
- 3.9 É responsabilidade do candidato a agente que toda a documentação de adesão enviada para a CCEE esteja válida e plenamente vigente na data da deliberação da adesão pelo Conselho de Administração - CAd.

- 3.10 Na hipótese da solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, o candidato a agente deverá informar o agente a ser sucedido.
- 3.11 A CCEE deve divulgar, pelo Sistema de Gestão de Processos, a conclusão da análise dos requisitos e documentação no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento de toda a documentação e cadastro.
- 3.12 A CCEE pode solicitar ao candidato a agente, por meio do Sistema de Gestão de Processos, informação ou documentação adicional que entenda necessária para complementar a análise do pedido de adesão.
- 3.13 A CCEE deve divulgar, pelo Sistema de Gestão de Processos, a conclusão da análise dos requisitos e documentação complementar no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data do recebimento da complementação solicitada.
- 3.14 O candidato a agente deve abrir² e informar à CCEE conta corrente específica junto ao agente de liquidação e custódia da CCEE que validará a informação. Para abertura da conta, o candidato a agente deve seguir os termos e requisitos definidos pela instituição financeira, utilizando o mesmo CNPJ informado no termo de adesão.
- 3.14.1 Esta obrigação se aplica a todos os candidatos a agente da CCEE, mesmo aos que já possuam conta corrente junto ao agente de liquidação e custódia.
- 3.14.2 A CCEE deve manter em seu site os procedimentos para abertura dessa conta corrente específica.
- 3.15 O CAD poderá se reunir de forma extraordinária para apreciar processos de adesão em até MA-2du.
- 3.15.1 Excetuam-se os casos de solicitação de adesão vinculada a um desligamento com sucessão, em que o CAD deverá deliberar acerca de tal solicitação durante o mês de início de operacionalização - mês "M", na mesma reunião em que for deliberado o desligamento do sucedido.
- 3.16 O resultado da solicitação de adesão deve ser comunicado ao representante CCEE do candidato a agente, por e-mail e pelo Sistema de Gestão de Processos, em até 1 (um) dia útil após a deliberação do CAD.
- 3.16.1 No caso de indeferimento da solicitação de adesão, o CAD deve expressar os motivos que fundamentam a decisão.

²Confirmação de abertura de conta a ser prestada pela instituição bancária diretamente à CCEE.

- 3.17 Todas as decisões do CAAd sobre as solicitações de adesão à CCEE devem ser publicadas no *site* da Câmara em até 2 (dois) dias úteis após a deliberação, incluindo as respectivas motivações.
- 3.18 Na hipótese do CAAd indeferir a solicitação de adesão, o candidato a agente pode apresentar pedido de impugnação perante a CCEE, conforme submódulo 1.4 - Atendimento.
- 3.19 O candidato a agente pode desistir do processo de adesão até a deliberação do CAAd sobre a solicitação, mediante o envio da formalização da desistência para a CCEE, via chamado ou correspondência, redigida de forma livre.
- 3.20 A atuação no âmbito da CCEE está condicionada a operacionalização do agente, que leva em consideração a classe à qual pertence.
- 3.20.1 Para as classes dos consumidores livres, dos consumidores especiais e dos distribuidores, o início da operacionalização deve ocorrer somente no mês seguinte ao mês de aprovação da adesão.
- 3.20.2 Para as classes dos geradores e dos comercializadores, o início da operacionalização depende de manifestação expressa do agente, com modelo disponível no *site* da CCEE, sendo possível ocorrer, no mínimo, no mês seguinte ao mês de aprovação da adesão.
- 3.20.3 Na ausência de manifestação por parte dos agentes geradores comprometidos com contratos regulados, a operacionalização deve ocorrer, de forma automática, 1 (um) mês antes do início de suprimento dos respectivos contratos.
- 3.21 Além dos requisitos estabelecidos na premissa anterior, o candidato a agente, excetuando-se o concessionário ou permissionário de distribuição, deverá constituir limite operacional nos termos da Resolução Normativa 622/2014 e do PdC específico.
- 3.21.1 Os agentes geradores comprometidos exclusivamente com contratos regulados devem comprovar à CCEE, nos termos da norma específica, até 1 (um) mês antes da operacionalização pretendida, a contratação de Limite Operacional, o qual deverá estar vigente no momento de sua efetiva operacionalização.
- 3.22 Os ativos dos agentes devem ser cadastrados nos termos do disposto no PdC 1.2 – Cadastro de Agentes.
- 3.23 Os agentes devem iniciar o pagamento da contribuição associativa a partir da operacionalização, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, do Estatuto Social da CCEE e do PdC 1.3 – Votos e Contribuições.

3.24 Aprovada a adesão, o agente pode solicitar inscrição nos treinamentos, observado o cronograma estabelecido pela CCEE.

Matriz e Filial

3.25 A matriz de um candidato a agente, independentemente de sua adesão ou não à CCEE, é integralmente responsável pelas obrigações assumidas pela filial na CCEE, incluindo os créditos e débitos em nome da filial.

3.26 O candidato a agente caracterizado como filial pode aderir à CCEE sem a prévia adesão da respectiva matriz.

3.27 Na hipótese de matriz e filiais aderirem à CCEE na qualidade de agentes distintos, estas podem utilizar conta corrente específica única existente quando do início do processo de adesão.

3.27.1 Neste caso, para o fim exclusivo de liquidação financeira, a matriz deve enviar o Termo de Opção por conta corrente específica única, conforme anexo deste submódulo.

3.28 A matriz poderá ser agente da CCEE para representar ativos próprios e/ou de suas filiais.

3.28.1 A filial poderá representar somente seu próprio ativo, sendo vedada a representação, por filial, de ativos da respectiva matriz ou de outras filiais.

Dos Agentes Desligados e/ou seus Substitutos

3.29 O candidato a agente anteriormente desligado da CCEE por descumprimento de obrigação, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica deve iniciar novo processo de adesão.




3.30 O(s) candidato(s) a agente que vier(em) a suceder outro(s) agente(s) em processo de desligamento da CCEE deve(m) atender a todas as premissas deste procedimento para sua adesão e demais normas aplicáveis, bem como responder pelas obrigações contratuais e/ou financeiras do sucedido.

3.31 A aprovação da adesão de candidato a agente que apresente qualquer relação com empresa desligada da CCEE por descumprimento de obrigação, bem como com seus sócios diretos ou indiretos, está condicionada ao adimplemento de tal obrigação da empresa anteriormente desligada.

4. LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão. <i>O candidato a agente deverá justificar, por meio de carta, eventual alteração da data de entrada em operação no âmbito da CCEE solicitada no Termo de Adesão. (Firma reconhecida)</i>		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Adesão à Convenção Arbitral. <i>(Firma reconhecida)</i>		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor e alterações supervenientes ou o documento societário consolidado, protocolado e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Ata de eleição dos administradores protocolada e com a chancela da Junta Comercial ou cartório de registro de pessoa jurídica. <i>(Caso aplicável)</i>	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Procuração outorgada na forma da documentação societária. <i>Caso aplicável</i>	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Certidão negativa de falência e recuperação judicial expedida pelo Poder Judiciário da sede do candidato a agente com data de emissão não anterior a 60 (sessenta) dias contados da data de adesão pretendida, ou dentro da validade, caso esta esteja impressa na certidão. <i>No caso de adesão de filial deverão ser apresentadas certidões relativas à matriz e à própria filial. As certidões referidas nesse item deverão ser adequadas às disposições da Lei nº 11.101, de 09.02.2005, que regulamenta a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária, conforme a situação de cada empresa.</i>	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Instrumento de outorga de concessão, permissão, autorização e/ou registro. <i>(Cópia simples)</i>	✓					✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Quadro Societário - Deve constar composição acionária das empresas que são sócias acionistas do candidato a agente.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Cópia do CNPJ – Obtido diretamente pelo site da Receita Federal.	✓			✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
<input type="checkbox"/> Última fatura/conta de fornecimento e planilha com histórico dos últimos 12 meses imediatamente anteriores à migração para o Ambiente de Contratação Livre.	✓			✓	✓			✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Carta Denúncia protocolada na distribuidora. (Cópia simples)	✓			✓	✓					
<input type="checkbox"/> Declaração ou comprovante de adimplemento com o ONS e/ou com a distribuidora (Cópia simples)	✓			✓	✓					
<input type="checkbox"/> Declaração da distribuidora, informando se a data de ligação do candidato a agente é anterior ou posterior à data de publicação da Lei nº 9.074/1995 (08.07.1995). (Cópia autenticada)	✓				✓					
Documentos específicos para matriz e filial(is)										
<input type="checkbox"/> Termo de responsabilidade da matriz – adesão de filial. (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓
<input type="checkbox"/> Termo de Opção por Conta Corrente Específica Única. Caso aplicável. (Firma Reconhecida)	✓		✓	✓	✓			✓	✓	✓
Documento específico para indicação de Empreendimento Leilado e Vencedor de Leilão										
<input type="checkbox"/> Formulário de Indicação do Empreendimento Leilado e do Vencedor de Leilão. Caso aplicável		✓						✓	✓	✓

DOCUMENTOS				Comercialização			Distribuição	Geração		
Descrição	DD	DF	DFR	CL	CE	COM	D	APE	PIE	G
 Ato regulatório publicado pelo MME/ANEEL constando a Garantia Física calculada pela EPE.	✓		✓					✓	✓	✓
Documentos específicos para geradores vendedores de energia convencional especial¹ ou energia especial incentivada²										
 Ato Regulatório Comprobatório da atuação como vendedor de energia convencional especial e/ou especial incentivada. (Cópia Simples)										
1. Energia elétrica proveniente de empreendimentos de geração que utilizam as seguintes fontes: i. Aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW, destinado à produção independente ou autoprodução, independentemente de ter ou não características de pequena central hidrelétrica; ii. Empreendimentos cuja fonte primária de geração seja a biomassa, energia eólica ou solar, de potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição superior a 30.000 kW e igual ou inferior a 50.000 kW.	✓							✓	✓	✓
2. Energia elétrica oriunda de empreendimentos de geração que utilizam as seguintes fontes primárias incentivadas: i. Aproveitamento de potencial hidráulico de potência superior a 1.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW, destinados à produção independente ou autoprodução, mantidas as características de pequena central hidrelétrica; ii. Empreendimentos com potência instalada igual ou inferior a 1.000 kW; iii. Empreendimentos cuja fonte primária de geração seja a biomassa, energia eólica ou solar, de potência injetada nos sistemas de transmissão ou distribuição menor ou igual a 30.000 kW.										
 Ato Regulatório comprobatório da concessão de desconto, na forma do §1º do art. 26 da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996. (Cópia Simples)	✓							✓	✓	✓

DD Documento digitalizado

DF Documento na forma física

DFR Documento com firma reconhecida

CL Consumidor Livre

CE Consumidor Especial

COM Comercializador

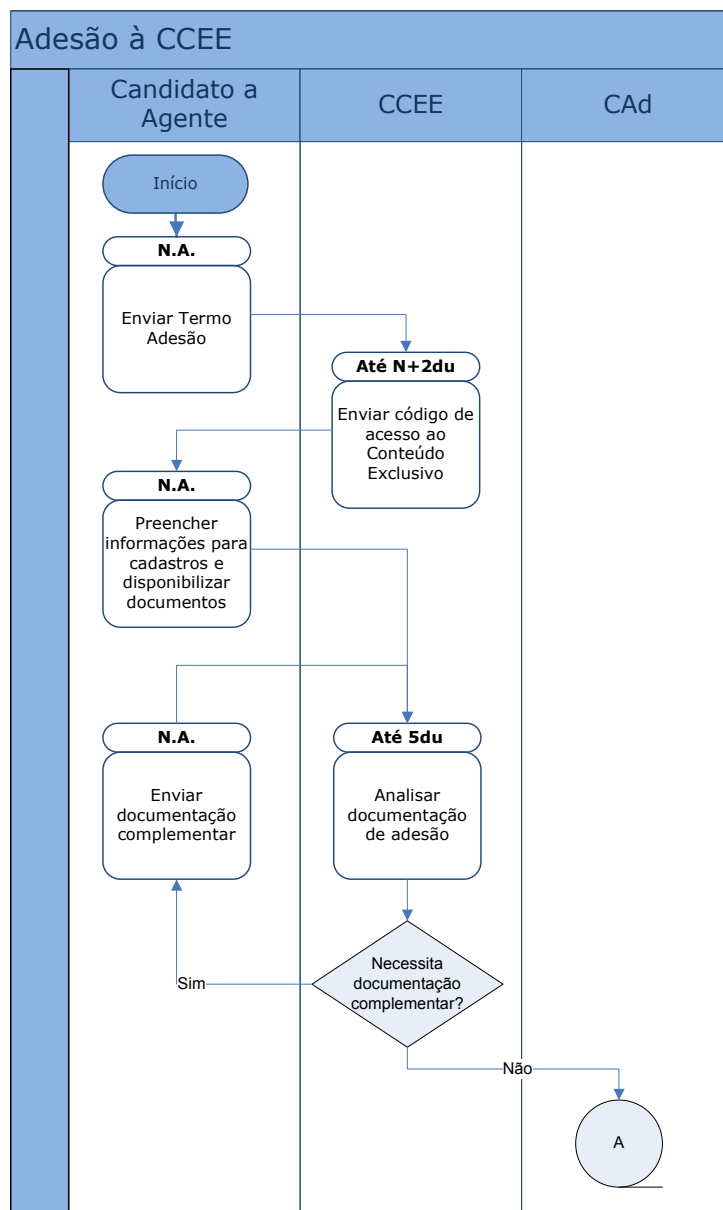
D Distribuidor

APE Autoprodutor de Energia

PIE Produtor Independente

G Demais Geradores

5. FLUXO DE ATIVIDADES

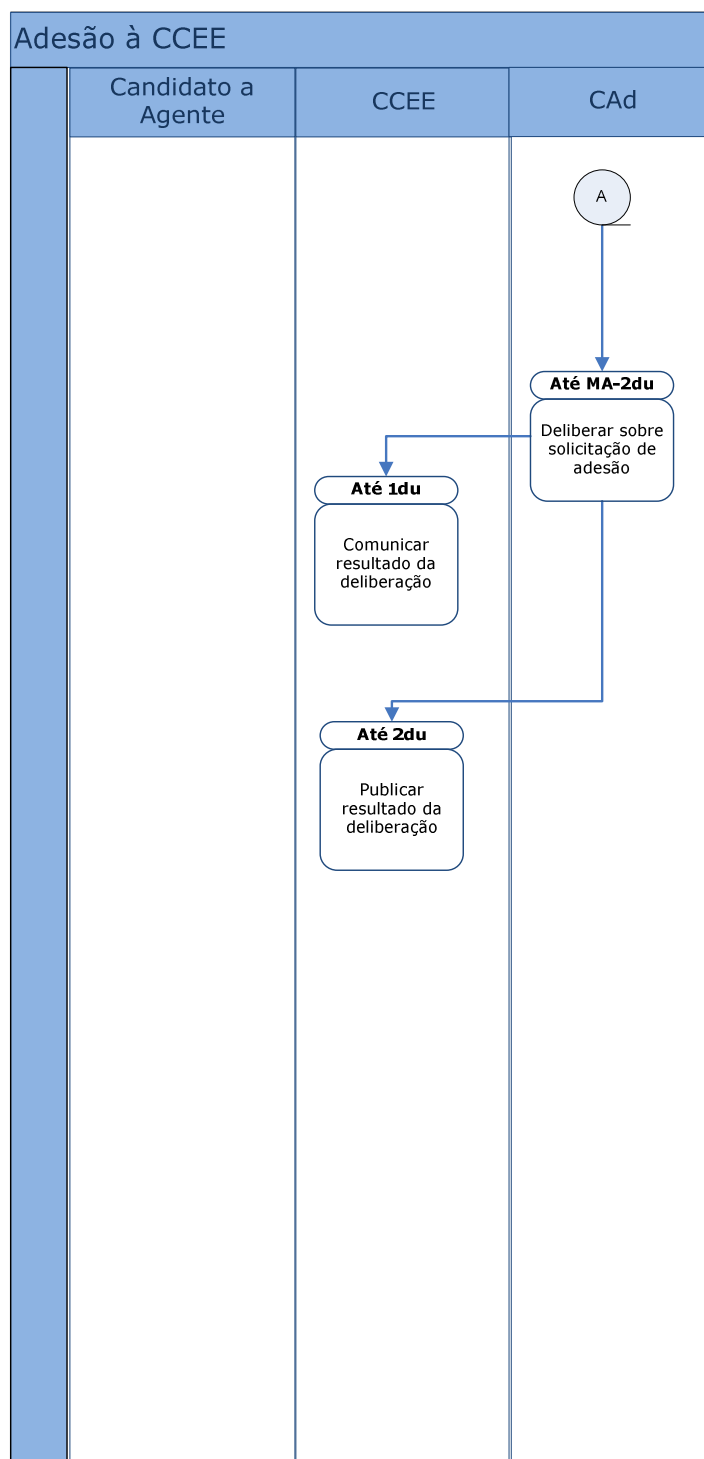


Legenda:

N: data de recebimento pela CCEE do Termo de Adesão e do Termo de Adesão à Convenção Arbitral

N.A. Não aplicável

du: dias úteis



Legenda:

N: data de recebimento pela CCEE do Termo de Adesão e do Termo de Adesão à Convenção Arbitral

N.A. Não aplicável

du: dias úteis

6. DESCRIÇÃO DE ATIVIDADES

Adesão à CCEE

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Enviar Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral	Candidato a Agente	Enviar à CCEE somente o Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral devidamente preenchidos.	N.A.
Enviar código de acesso ao Conteúdo Exclusivo	CCEE	Disponibilizar ao candidato a agente um código de acesso (limitado) ao Conteúdo Exclusivo do <i>site</i> , mediante recebimento do Termo de Adesão e Termo de Adesão à Convenção Arbitral e de toda a documentação exigida neste documento.	Até N+2du
Preencher informações para cadastros e disponibilizar documentos	Candidato a Agente	Realizar o preenchimento do Autocadastro no <i>site</i> da CCEE, solicitar demais cadastros, conforme submódulo 1.2 – Cadastros de Agentes. Enviar toda a documentação aplicável relacionada no item 4 deste documento.	N.A.

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Validar ou recusar documentação de adesão	CCEE	Disponibilizar, pelo Sistema de Gestão de Processos, a análise completa do cadastro e documentação apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du após o recebimento
Enviar documentação complementar	Candidato a Agente	Complementar, eventualmente, o cadastro e/ou documentação de adesão prevista neste submódulo, por solicitação da CCEE, por meio do Sistema de Gestão de Processos.	N.A.
Analisar documentação complementar	CCEE	Disponibilizar, pelo Sistema de Gestão de Processos, a análise da informação e/ou documentação complementar apresentada pelo candidato a agente.	Até 5du após o recebimento da documentação complementar
Deliberar sobre a solicitação de adesão	CAd	-	Até MA-2du
Comunicar resultado da deliberação	CCEE	Comunicar ao candidato, via e-mail e pelo Sistema de Gestão de Processos o resultado da deliberação do CAd.	Até 1du após a deliberação da adesão pelo CAd

ATIVIDADE	RESPONSÁVEL	DETALHAMENTO	PRAZO
Publicar resultado da deliberação	CCEE	Publicar no site da CCEE o resultado da deliberação do CAd com a nova adesão.	Até 2du após a deliberação da adesão pelo CAd

Legenda:

N: data de recebimento pela CCEE do Termo de Adesão e do Termo de Adesão à Convenção Arbitral

N.A. Não aplicável

du: dias úteis

7. ANEXOS

7.1 – Termo de Adesão

TERMO DE ADESÃO

< Local >, < Data > de < Mês > de < Ano >

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica

< Endereço disponível no site da CCEE >

A/C da Central de Documentação – CEDOC

Pelo presente instrumento particular de adesão, < Nome empresarial do candidato a agente >, < site do candidato a agente >, < SIGLA (máx 30 caracteres) >, empresa devidamente inscrita no CNPJ/MF sob nº < CNPJ >, com sede na < endereço >, na cidade de < complementar >, Estado de < complementar >, CEP: < complementar >, na qualidade de < classe do candidato a agente >, conforme documentação anexa, neste ato devidamente representado na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004 e no Decreto nº 5.177, de 12 de agosto de 2004, requer sua adesão à CCEE, com início de operacionalização na CCEE prevista para < mês > de < ano >, e declara:

(i) que, conforme definido no Módulo 1 – Agentes, submódulo 1.1 – Adesão à CCEE, dos Procedimentos de Comercialização, está ciente que, para que o início de operacionalização na CCEE ocorra no mês indicado anteriormente, deverá solucionar todas as eventuais pendências de instalação e/ou adequação do Sistema de Medição para Faturamento – SMF, de cadastros no Sistema de Coleta de Dados de Energia – SCDE e no Sistema de Contabilização e Liquidação – SCL e de documentação da adesão.

(ii) que tem pleno conhecimento e compromete-se a cumprir a legislação e normas regulatórias aplicáveis ao setor elétrico brasileiro, em especial a Lei 10.848/2004, Decreto 5.163/2004, Decreto 5.177/2004, a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica e o Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, os Procedimentos e as Regras de Comercialização, disponíveis no *site* da CCEE (www.ccee.org.br), bem como a Lei nº 12.846/2013;

(iii) que os documentos anexados no Sistema de Gestão de Processos correspondem às cópias fiéis dos originais, respondendo, o declarante, de forma integral, pela autenticidade, legalidade e veracidade dos documentos nas esferas administrativa, cível e criminal;

(iv) que sua adesão implicará na concordância do ingresso desta empresa como associada da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, comprometendo-se a honrar todas as obrigações, contribuições, emolumentos e/ou pagamentos decorrentes de tal, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, e em consonância com o Estatuto Social da CCEE;

(v) que se compromete a adotar todas as medidas necessárias em razão da realização de quaisquer operações de reestruturação societária, ou quaisquer outras que venham a ocasionar sucessão e/ou eventual cessão de direitos e obrigações a outro agente da CCEE ou a qualquer terceiro, bem como apresentar todos os documentos necessários à comprovação de tais atos, informando, ainda, qual a distribuição dos direitos e obrigações e consequente assunção de responsabilidades, perante a CCEE, das empresas envolvidas nas operações anteriormente mencionadas;

(vi) que o(s) seus representante(s) legal(is) e contato(s) CCEE são os abaixo indicados:

Representante(s) Legal(is):

< nome completo >, < CPF >, < endereço comercial >, < telefone >, < fax >, < email >

< nome completo >, < CPF >, < endereço comercial >, < telefone >, < fax >, < email >

Representante(s) CCEE*:

< empresa >, < CNPJ >, < endereço >, < telefone >, < fax >, < email >

* Devem ser indicadas pessoas físicas da empresa do próprio candidato a agente somente se este não for representado por outro agente da CCEE.

< nome completo >, < CPF >, < RG >, < telefone >, < fax >, < email >

<nome completo >, < CPF >, < RG >, < telefone >, < fax >, < email >

< **Nome empresarial do candidato a agente** >

< **Nome do Representante Legal** >

< **Cargo** >

< **Nome do Representante Legal** >

< **Cargo** >

[Os itens em negrito deste documento são de preenchimento obrigatório]

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is)]

7.2 – Termo de opção por conta corrente específica única e definição da ordem de alocação de recursos financeiros

TERMO DE OPÇÃO POR CONTA CORRENTE ESPECÍFICA ÚNICA E DEFINIÇÃO DA ORDEM DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

Os agentes da CCEE a seguir indicados:

Agente da CCEE	CNPJ
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>

neste ato representados por seu(s) Representante(s) Legal(is) e/ou procuradores a seguir assinado(s), vêm firmar o presente Termo de Opção.

Considerando que:

- O submódulo 1.1 – Adesão à CCEE dos Procedimentos de Comercialização prevê a necessidade de abertura de uma conta corrente específica para fins de liquidação financeira;
- O submódulo 1.4 – Atendimento dos Procedimentos de Comercialização possibilita a utilização de uma conta corrente específica única para fins de liquidação financeira;
- Ainda que seja efetuada a opção pela conta corrente específica única, a liquidação financeira e o aporte de garantias financeiras serão calculadas de forma individualizada na contabilização para cada agente da CCEE;
- Os débitos apurados pela CCEE serão lançados pelo agente de liquidação conforme ordem de alocação de recursos financeiros definida pelos agentes envolvidos neste termo, caracterizando como inadimplente(s) o(s) agente(s) cujo(s) débito(s) não seja(m) totalmente coberto(s);

Por meio deste termo define-se o agente da CCEE **< Nome Empresarial e endereço do titular da conta corrente específica única >**, **< CNPJ >**, titular da conta corrente devidamente cadastrada no agente de liquidação sob o número **< nº da conta corrente**

específica >, conta essa a ser utilizada pela CCEE para a realização dos procedimentos relacionados à liquidação financeira da CCEE.

Os agentes, incluindo o titular da conta corrente específica única, definem a seguinte ordem de alocação de recursos financeiros:

Ordem de Alocação de Recursos Financeiros		
Ordem	Agente da CCEE	CNPJ
1º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
2º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
3º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
4º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
5º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>
6º	<Nome Empresarial>	<número do CNPJ>

< Local >, < Dia >de< Mês >de< Ano >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Titular da C.C. única >

< CPF >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Agente 1 >

< CPF >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Agente 2 >

< CPF >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Agente 3 >

< CPF >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Agente 4 >

< CPF >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal Agente 5 >

< CPF >

[Este documento deve estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo(s) representante(s) legal(is), que deve(m) ter poderes para representar a empresa, conforme disposto no contrato ou estatuto social e ata de eleição dos administradores.

O agente deve solicitar à CCEE a adaptação deste termo em função do número de agentes envolvidos.

7.3 – Termo de responsabilidade de matriz

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE MATRIZ – ADESÃO DE FILIAL

< Local >, < Dia > de < mês > de < Ano >

À Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

< Endereço disponível no site da CCEE >

A/C da Central de Documentação – CEDOC

Servimo-nos da presente para declarar que a < **Nome empresarial da matriz** >, < **endereço** >, < **CNPJ** >, em razão do pedido de adesão de sua filial, < **SIGLA (máx 30 caracteres)** > < **endereço** >, < **CNPJ** >, < **SIGLA (max 30 caracteres)** > ("FILIAL"), tem plena ciência e concorda expressamente com essa adesão, assumindo integral responsabilidade, para todos os efeitos de direito, pelas obrigações relativas à atuação da FILIAL no âmbito da CCEE, a qualquer tempo, incluindo, mas não se limitando, as obrigações relativas ao aporte de garantias financeiras, aos pagamentos a serem efetuados na liquidação financeira do Mercado de Curto Prazo e aos pagamentos de contribuições associativas.

Por meio deste instrumento ficam desde já autorizados todos e quaisquer procedimentos em face da < **Nome empresarial da matriz** >, < **CNPJ** > necessários ao adimplemento das obrigações da < **Nome empresarial da filial** >, < **CNPJ** >, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Resolução ANEEL nº 109, de 2004, do Estatuto Social da CCEE e demais legislação e regulamentação aplicável ao setor elétrico brasileiro.

<Nome empresarial matriz>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial filial>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial Matriz>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

<Nome empresarial Filial>

<CNPJ>

<Representante Legal>

< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo Representante(s) Legal(is)].

7.4 – Termo de adesão à convenção arbitral

TERMO DE ADESÃO À CONVENÇÃO ARBITRAL

Pelo presente instrumento, **< Nome empresarial>, < endereço >, < CNPJ >, < SIGLA (máx 30 caracteres) >**, neste ato devidamente representada na forma da lei, em consonância com o disposto na Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, no inciso VII do art. 17, e parágrafo único do art. 58 da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica, instituída pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa ANEEL nº 109, de 26 de outubro de 2004, bem como no inciso VI do art. 8º, e § 3º do art. 38 do Estatuto Social da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, adere integralmente à Convenção Arbitral, aprovada pela Assembleia Geral da CCEE e homologada pela ANEEL.

Declara, ainda, que tem conhecimento e concorda com todas as cláusulas e condições previstas na referida Convenção Arbitral, bem como no Regulamento da Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem para todos os fins e efeitos de direito.

<Local>, <data> de <mês> de <ano>.

<Nome Empresarial>

<Representante Legal do Agente >

< Cargo >

<Nome Empresarial>

<Representante Legal do Agente >

< Cargo >

[Este documento deverá estar em papel timbrado da própria empresa, assinado com firma reconhecida pelo Representante(s) Legal(is)].

7.5 – Formulário de Indicação do Empreendimento Leiloado e do Vencedor de Leilão

 ccee		FORMULÁRIO DE INDICAÇÃO DO EMPREENHIMENTO LEILOADO E DO VENCEDOR DE LEILÃO
Nome Empresarial do Candidato a Agente:	<input type="text"/>	
CNPJ do Candidato a Agente:	<input type="text"/>	
Número do Leilão:	<input type="text"/>	
Nome do Empreendimento: <i>(Nome do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
Nome do Vendedor: <i>(Nome do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
CNPJ do Vendedor: <i>(CNPJ do participante do leilão)</i>	<input type="text"/>	
Número da Outorga (caso aplicável):	<input type="text"/>	
Data:	<input type="text"/>	
Responsável pela Empresa:	<input type="text"/>	